

Lei nº 41

Dispõe sobre multas e cobrança de mora.

A Câmara Municipal de Planura, por seus representantes, aprova, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º: A cobrança dos tributos devidos à Prefeitura, far-se-á:

- 1º - Para pagamento à boca do cofre;
- 2º - Por procedimento amigável;
- 3º - Mediante ação executiva.

§ 1º - A cobrança para pagamento à boca do cofre, far-se-á pela forma e nos prazos estabelecidos nas leis e regulamentos fiscais em vigor.

§ 2º - Expirado o prazo para pagamento à boca do cofre, ficam os contribuintes sujeitos à multa de 30% (trinta por cento), acrescida de juros de 12% (doze por cento) ao ano, contado por mês ou fração sobre a importância devida até o seu pagamento.

Artigo 2º - Proceder-se-á à cobrança amigável durante o período mínimo de trinta (30) dias, a contar da terminação do prazo para pagamento à boca do cofre.

Artigo 3º - Se resultar infrutífera a cobrança amigável, será o devedor notificado de que, no prazo de trinta dias, será o débito inscrito na Dívida Ativa para devida cobrança judicial.

Artigo 4º - Revogadas as disposições

em contrário, entrará esta lei em vigor, a
partir de primeiro de Janeiro de mil no-
vecentos e sessenta e cinco (1º - 1-1965)
Prefeitura Municipal de Namura,
em 15 de Outubro de 1964.
[Assinatura]

Lei nº 42

Dispõe sobre Taxa de Expediente

A Câmara Municipal de Namura,
Estado de Minas Gerais, por seus representantes,
aprova, e eu, em seu nome, sanciono a
seguinte Lei:

Artigo 1º: A taxa de expediente é de-
vida pela apresentação de petições, requerimentos,
e outros documentos às repartições da Prefeitura,
para apreciação e despacho pelas autoridades mu-
nicipais, ou pela lavratura de termos e con-
tratos com o Município.

Artigo 2º: A taxa de que trata esta lei
é devida pelo recorrente ou por quem tiver in-
teresse direto no ato do governo municipal, e
será cobrada de acordo com a tabela que
segue.

TABELA

Alvarás: